

Cid busca ajuda para os Estados

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) retorna hoje a Brasília com o firme propósito de procurar os responsáveis pela política econômica do Governo para, juntos, encontrar fórmulas capazes de equacionar o pagamento da dívida externa dos Estados, que chega a US\$ 10,2 bilhões. Para isso, quer discutir o assunto com os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, tomando como ponto de partida o documento firmado por 20 governadores e divulgado no final da semana passada no qual dizem que não têm como arcar com aquele pagamento.

Amigo pessoal há muitos anos do presidente José Sarney, Cid Carvalho já conversou com ele sobre o assunto antes de sua viagem para a União Soviética, quando mostrou — sem entrar no mérito, como garante — que há necessidade de resolver o problema. É que um documento como o dos governadores, pelo número de assinaturas, não pode deixar de ter peso político e merecer a consideração dos responsáveis pela política econômica.

A Comissão de Orçamento trabalha, contudo, com dois balizamentos. Primeiro, a proposta de Orçamento para o próximo ano, na qual está embutida a **Operação Desmonte**, prevê que os governos paguem 25% dos serviços da dívida; e, depois, o documento dos governadores, que querem rolar toda a dívida já vencida e pagar apenas 10% do serviço da dívida vincenda.

O senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão, fez durante o final de semana a análise das despesas previstas no Orçamento, já que as receitas ficaram por conta da assessoria. O problema, admitiu, é que apesar de todos os seus poderes previstos na nova Carta, o Congresso Nacional não pode mexer nos dois grandes itens do Orçamento: despesa relativa ao pagamento de pessoal e dos encargos da dívida. Isso é o que dispõe o artigo 165, que trata dos orçamentos em geral, e faz essa limitação no parágrafo 8º.

O primeiro passo do deputado Cid Carvalho é definir com a Comissão, até amanhã, os passos que dará na busca da solução do problema. Como diz, não tem varinha mágica, nem quer entrar no mérito da questão antes de conhecê-la em profundidade. Por isso, pediu a cada Estado e às prefeituras de maior porte, informações detalhadas sobre seus respectivos endividamentos, interno e externo. Mas faz questão de defender o peso político do documento dos governadores, reconhecendo que "tenho consciência de que as coisas não podem ficar como estão".

Sem poder mexer no Orçamento, o que obviamente facilitaria a decisão, os membros da Comissão têm esperança de abrir espaço para uma negociação política. Daí, explicou Almir Gabriel, a importância de coletar os dados reais das dívidas de cada Estado.

CORREIO BRAZILIENSE

17 OUT 1988